

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	15
PREFÁCIO	17
A RESPONSABILIDADE CÍVEL E TRIBUTÁRIA DOS COOPERADOS E DIRETORES DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS	19
<i>Alexandre Evaristo Pinto</i>	
<i>Henrique Nimer Chamas</i>	
<i>Lucas Issa Halah</i>	
Introdução	19
1 Sociedades cooperativas: aspectos gerais	20
2 Responsabilidade cível nas sociedades cooperativas	23
2.1 Responsabilidade cível dos cooperados no Código Civil e na Lei das Cooperativas	24
2.2 Responsabilidade cível dos administradores no Código Civil e na Lei das Cooperativas	25
3 Ato cooperativo, tributação e responsabilidade tributária	27
3.1 Ato cooperativo e tributação	27
3.2 Responsabilidade tributária no Código Tributário Nacional	29
3.2.1 O interesse comum e o escopo do art. 124, I, do CTN	29
3.2.1.1 A responsabilização de sócios e administradores e o art. 135 do CTN	33
Conclusão	36
Referências	37
REFORMA TRIBUTÁRIA – IBS E CBS APLICÁVEIS ÀS COOPERATIVAS	39
<i>Amanda Oliveira Breda Rezende</i>	
1 Introdução	39
2 O regime jurídico do cooperativismo e o adequado tratamento tributário	39
3 O regime específico das cooperativas na LC 214/2025	41
3.1 Disposições gerais aplicáveis às cooperativas	43

4 Impactos da reforma tributária nos ramos do cooperativismo	44
4.1 Ramo agropecuário	44
4.2 Ramo transporte	46
4.3 Ramo crédito	47
4.4 Ramo saúde	48
4.5 Ramo infraestrutura	49
4.6 Ramo trabalho e produção de bens e serviços	50
4.7 Ramo consumo	51
5 Conclusão	52

INCIDÊNCIA DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS SOBRE O REPASSE EFETIVADO AOS COOPERADOS DE SOCIEDADES COOPERATIVAS	53
---	----

Amílcar Barca Teixeira Júnior

João Donadon

1 Introdução	53
2 Objetivos do artigo	54
3 Constituição Federal e a ordem social – primado do trabalho/justiça social	56
4 Cooperativa de produção	60
5 Cooperativa de trabalho	60
6 Obrigações previdenciárias da cooperativa – principais e acessórias	61
7 Inconstitucionalidade da contribuição de 15% sobre fatura de serviço de cooperativa de trabalho	62
8 Cooperativa de trabalhadores na área de transporte	63
9 Cooperado/associado	67
10 Salário de contribuição do contribuinte individual cooperado	68
11 Aposentadoria especial do cooperado	69
12 Conclusão	70
13 Referências	72

AS DIFICULDADES ENFRENTADAS NA DEFINIÇÃO QUANTO À INCIDÊNCIA DO IOF NO ÂMBITO DO COOPERATIVISMO	73
--	----

Ana Luísa Ferreira de Avelar Carvalho

1 Introdução	73
2 Do cooperativismo	73
2.1 Do cooperativismo de crédito	76
3 Do adequado tratamento tributário	77

4 Da definição de ato cooperativo	81
5 A tributação pelo IOF no âmbito cooperativista	84
6 Conclusão	93
 DISCIPLINA LEGAL DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS: CÓDIGO CIVIL E LEI 5.764/1971	95
<i>Ana Paula Andrade Ramos</i>	
1 Introdução	95
2 Origem do cooperativismo no mundo	96
3 Princípios do cooperativismo	97
4 Cooperativismo no Brasil e sua evolução legal e normativa	98
5 Principais definições da Lei 5.764/1971 na caracterização das sociedades cooperativas.	100
5.1 Natureza jurídica, conceito e finalidade das sociedades cooperativas	100
5.2 Características das sociedades cooperativas	104
5.3 Classificação das sociedades cooperativas	106
5.4 O ato cooperativo como criação típica da Lei 5.764/1971	108
6 Código Civil e a disciplina das sociedades cooperativas	109
7 Referências	114
 TIPO SOCIETÁRIO COOPERATIVA	115
<i>Aramis Moutinho Junior</i>	
Introdução	115
A nova geração de cooperativas	124
Caso "Saskatchewan Wheat Pool"	124
Conclusão	125
 CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP E COFINS NAS SOCIEDADES COOPERATIVAS OPERADORAS DE PLANOS DE SAÚDE	127
<i>Brenda Schiezero Guimaro</i> <i>João Augusto M. S. Michelin</i>	
Introdução	127
1 Breves considerações sobre as contribuições sociais PIS/Pasep e Cofins	129
2 As sociedades cooperativas e a saúde suplementar	130
3 A (não) tributação do ato cooperativo	133

4 Contribuição para o PIS/Pasep e Cofins para as cooperativas operadoras de planos de saúde: temas atuais, base de cálculo e alíquotas	136
5 Considerações finais	140
Referências	141
 TAXA DE SAÚDE SUPLEMENTAR	 143
<i>Daniel Januzzi</i>	
1 Introdução	143
2 Espécies da TSS	144
2.1 Taxa por plano de assistência à saúde	145
2.2 Taxa por atos de saúde suplementar	146
2.2.1 Taxa por alteração de dados da operadora (TAO)	146
2.2.2 Taxa por alteração de dados do produto	147
3 Inadimplência	147
4 Repetição do indébito	147
5 Parcelamento	148
 AS ESPECIFICIDADES DA TRIBUTAÇÃO NAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO	 151
<i>Ênio Meinen</i>	
<i>Evandro Jacó Kotz</i>	
<i>Renata Salle Russowsky</i>	
1 Aspectos societários e operacionais das cooperativas de crédito: um panorama da singularidade cooperativa	151
2 O ato cooperativo nas cooperativas de crédito	156
2.1 Formulação conceitual	156
2.2 Limites e extensão do ato cooperativo	157
2.3 O ato cooperativo e seu adequado tratamento tributário à luz da Constituição Federal e da Lei Complementar n. 214/2025	161
3 A visão dos Tribunais sobre as prerrogativas atribuídas às cooperativas de crédito	163

O IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA E AS COOPERATIVAS DE TRABALHO	171
<i>Fabio Godoy Teixeira da Silva</i>	
1 Introdução	171
2 Evolução histórica do cooperativismo	173
3 As sociedades cooperativas do ramo trabalho	175
4 Da estrutura jurídica e normativa	177
4.1 O ISSQN – ato cooperativo e ato não cooperativo	177
4.2 A norma padrão de incidência tributária – inexistência da subsunção	183
4.3 Adequação da base de cálculo	186
5 Considerações finais	188
6 Referências	189
 CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS, FUNRURAL E COOPERATIVAS	 191
<i>Fábio Pallaretti Calcini</i>	
1 Introdução: contribuições previdenciárias para cooperativas e o Funrural	191
2 Funrural. Art. 25 da Lei n. 8.212/1991. Recebimento do produto por cooperativas. Inexigibilidade da contribuição e sub-rogação. Ato cooperado	192
3 Funrural. Art. 25 da Lei n. 8.212/1991. Imunidade nas receitas de exportação e as cooperativas. Desnecessidade de sub-rogação	201
 IBS/CBS: ANÁLISE DO IMPACTO DA NOVA TRIBUTAÇÃO DO CONSUMO NAS COOPERATIVAS E NOS ATOS COOPERADOS	 211
<i>Gustavo A. M. Brigagão</i> <i>Gustavo Reis</i>	
1 Introdução	211
2 Cooperativas no contexto pré-reforma	214
a) ISS	217
b) ICMS	218
c) PIS/Cofins	222
3 LC 214/2025: regime específico de tributação das cooperativas	226
4 Conclusões	228
5 Referências	229

LIQUIDAÇÃO E RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE COOPERATIVAS	231
<i>Gustavo Saad Diniz</i>	
1 O problema das funções	231
2 Dissolução de cooperativas	232
3 Liquidação de cooperativas	236
4 Solução da crise de cooperativas	240
4.1 Recuperação judicial de cooperativas operadoras de planos de saúde	240
4.2 Proposta de <i>lege ferenda</i> para a crise de cooperativas	244
5 Conclusão	247
6 Referências	248
 SISTEMA CONTÁBIL APLICADO ÀS COOPERATIVAS	 249
<i>José Carlos da Silva Junior</i>	
 POR UM ADEQUADO TRATAMENTO TRIBUTÁRIO DAS FUNDAÇÕES DE PESQUISA VINCULADAS ÀS COOPERATIVAS NO CONTEXTO DO IBS E DA CBS	 259
<i>José Julberto Meira Junior</i>	
1 Considerações iniciais	259
2 O ato cooperativo e o busílis da questão	264
3 Considerações finais	275
4 Referências	276
 PIS E COFINS NAS COOPERATIVAS DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA: DO CONCEITO DE CUSTO AGREGADO À REFORMA TRIBUTÁRIA	 279
<i>Marcelo Guaritá Borges Bento</i>	
<i>Jessica Garcia Batista</i>	
1 Introdução	279
2 Do ato cooperativo	280
3 Cooperativa de produção rural	282
4 Do regime tributário das cooperativas de produção agropecuária	283
4.1 Do imposto sobre a renda	284
4.2 PIS/Cofins nas cooperativas de produção agropecuária	285
5 Do custo agregado	286
6 Do entendimento do CARF sobre custo agregado	288

7 Tributação das cooperativas na reforma tributária	289
8 Considerações finais	291

LEIS COMPLEMENTARES E O TRATAMENTO TRIBUTÁRIO AO ATO COOPERATIVO	293
--	-----

Marcos Vinicius de Paiva

Introdução	293
1 Espécies de leis complementares em matéria tributária e a função da lei complementar pertinente ao adequado tratamento ao ato cooperativo	296
2 Limites constitucionais à tributação das cooperativas	300
3 O conteúdo material da lei complementar referida pelo art. 146, III, "c"	305
4 A reforma constitucional da tributação do consumo e a tributação das cooperativas	308
Conclusão	310
Referências	311

CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE DA CONTRIBUIÇÃO COMPULSÓRIA DO SESCOOP COMO SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO INTEGRANTE DO SISTEMA "S"	313
--	-----

Patrícia Alves Cabral

1 Introdução	313
2 Da criação do Sistema "S" das cooperativas	314
2.1 Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária e criação do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo	314
2.2 Características do Sescop à luz da MP n. 2.168-40/2001 e do Decreto n. 3.017/1999	315
2.2.1 Da natureza jurídica e do serviço social autônomo	315
2.2.2 Da criação da contribuição compulsória do Sescop	317
2.3 Aspectos tributários relevantes	317
2.3.1 Supedâneo constitucional da contribuição dos serviços sociais autônomos (art. 240 da CF)	317
2.3.2 Classificação das contribuições sociais destinadas aos serviços sociais autônomos	319
2.3.3 Da arrecadação da contribuição do Sescop (Lei n. 11.457/2007)	321
2.4 Da Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 1.924-4 (CNI)	322
2.5 Tema Repetitivo 1.079 do STJ (limite de até 20 salários-mínimos da contribuição de terceiros)	325
2.5.1 Considerações sobre o tema	325

2.5.2 Da tramitação dos recursos repetitivos (Tema 1.079)	326
3 Considerações finais	328
4 Referências	329
 ORIGEM E DESENVOLVIMENTO DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS NO BRASIL	 331
<i>Paulo R. Stöberl</i>	
Introdução	331
1 Cooperativismo e cooperativa	332
2 O início da positivação da cooperativa no Brasil (1903-1907)	334
3 A primeira lei cooperativista e o sindicalismo: 1932-1938	335
4 Uma nova fase do cooperativismo brasileiro: 1966-1967	337
5 Atualidade: 1971-1988	338
6 A era da regulamentação por atividade econômica	341
Conclusão	342
Referências	344
 ICMS E IPI NAS COOPERATIVAS DE PRODUÇÃO: ANÁLISE DOS ASPECTOS TRIBUTÁRIOS	 347
<i>Rafael Nichele</i>	
<i>Ulisses Santafé Aguiar Pizzolatti</i>	
1 Introdução	347
2 Aspectos jurídicos das cooperativas de produção	348
2.1 Conceito de cooperativa	348
2.2 Cooperativas de produção	349
2.3 Ato cooperativo	350
3 O ICMS nas cooperativas de produção	351
3.1 Incidência geral do ICMS	351
3.2 Ato cooperativo e ICMS	352
3.3 Jurisprudência sobre ICMS nas cooperativas	353
4 O IPI nas cooperativas de produção	355
4.1 Incidência geral do IPI	355
4.2 Industrialização nas cooperativas de produção	356
4.3 Ato cooperativo e IPI	356
4.4 Jurisprudência sobre IPI nas cooperativas	356
5 Perspectivas da reforma tributária	358
6 Conclusão	360
7 Referências	361

A INCIDÊNCIA DO IBS E DA CBS SOBRE COOPERATIVAS OPERADORAS DE PLANOS DE SAÚDE	363
<i>Rodrigo Forcenette</i>	
1 Introdução e contexto	363
2 O regime específico para sociedades cooperativas	364
3 O regime específico para operadoras de planos de saúde	368
4 Alíquotas e geração de créditos	373
5 Intersecção dos regimes e implicações práticas. Desafios e oportunidades	375
6 Considerações finais e perspectivas	377
TRIBUTAÇÃO DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS; ENFOQUE NO ATO COOPERATIVO	379
<i>Tatiana Midori Migiyama</i>	
1 Introdução	379
2 Delimitação jurídico-doutrinária do ato cooperativo e sua relevância no regime tributário das sociedades cooperativas	386
3 Escrituração contábil nas sociedades cooperativas: segregação de atos cooperativos e não cooperativos	390
4 Tributação e jurisprudência administrativa	394
5 Breves considerações	397
6 Referências	398
Série "Cursos de Extensão da APET"	399